

**REVISTA
ELETRÔNICA**

DIREITO & TI

DIREITO & TI – PORTO ALEGRE / RS

WWW.DIREITOETI.COM.BR

Nº 19 [MAIO/AGO]

ANO 2024

VOL. 1

ISSN 2447-1097

WB EDUCAÇÃO [CNPJ:41.653.466/0001-73]

Site: <https://wbeduca.com.br/pt/>

E-mail: revista@wbeducacional.com.br

REVISTA ELETRÔNICA DIREITO & TI [QUALIS CAPES B1]

Regras de submissão, cadastro e publicações: <https://direitoeti.com.br/direitoeti>

Editor-chefe: Emerson Wendt

Editora revisora: Valquiria P. C. Wendt

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Direito e TI [recurso eletrônico] / WB Educação, v. 1, n. 19,
(maio/ago. 2024).
Porto Alegre: WB Educação, 2024.

Trimestral.

ISSN: 2447-1097.

Acesso em: <<https://direitoeti.com.br/direitoeti>>.

1. Direito - Periódicos. I. WB Educação.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Taís Amorim, CRB 10/2547

CONSELHO EDITORIAL

Ms. Alesandro Gonçalves Barreto

Dr. Emerson Wendt

Dr. Germano André Doederlein Schwartz

Prof. Manuel David Masseno

Ms. Marcelo Maduell Guimarães

Dr. Marco Aurélio Florêncio Filho

Dra. Renata Almeida da Costa

Ms. Paula Franciele da Silva

Ms. Valquiria P. C. Wendt

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Adalberto Narciso Hommerding [Uri Santo Ângelo]

Dr. Alberto Enrique Nava Garcés [Academia Mexicana de Ciencias Penales]

Ms. Alesandro Gonçalves Barreto [WB Educação]

Ms. Cláudio Joel Brito Lóssio [Unyleya, PUCMG e Lab UbiNet - Portugal]

Dr. Cristiano Colombo [Unisinos]

Ms. Eduardo Peres Pereira [Unisc]

Dr. Emerson Wendt [Unilasalle, PUCRS, IDESP e WB Educação]

Dr. Germano André Doederlein Schwartz [Fundação UCS]

Esp. Gabriela Lima Barreto [Universidade Europeia del Atlántico e Verbo Jurídico]

Dr. Guilherme Damásio Goulart [Cesuca]

Ms. Gustavo Boudoux de Melo (UNICAP)

Esp. Higor Vinícius Nogueira Jorge [UEMS]

Ms. Jordy Arcadio Ramirez Trejo [Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP]

Prof. Manuel David Masseno [Instituto Politécnico de Beja]

Ms. Manuel Martín Pinto Estrada [Direito na Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP]

Ms. Marcelo da Luz Batalha [Unicamp]

Ms. Marcelo Maduell Guimarães [Universidade La Salle]

Dr. Marco Aurélio Florêncio Filho [Mackenzie, FMP/RS e PUCRS]

Ms. Paula Franciele da Silva [Universidade La Salle]

Dra. Renata Almeida da Costa [Unilasalle]

Dr. Ricardo Marchioro Hartmann [Cnec e PUCRS]

Ms. Rubem Bilhalva König [Unilasalle]

Ms. Sandro Süffert (Independente)

Dr. Thomaz Jefferson Carvalho [UEPB e Unesa]

Ms. Valquiria P. C. Wendt [Unilasalle e WB Educação]

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO DIREITO NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO DIGITAL

Prezados leitores e entusiastas da interseção entre o Direito e a Tecnologia da Informação,

É com grande entusiasmo que apresentamos o Volume 1 da Edição nº 19 da Revista Eletrônica Direito & TI. Nesta edição, reunimos uma seleção de artigos que abordam desde a inteligência artificial e suas aplicações no judiciário, passando pela discriminação algorítmica, direitos da personalidade, responsabilidade das plataformas digitais, cyber assédio, até a proteção de dados pessoais, enfatizando a era da transformação digital e suas implicações no campo jurídico.

Na 19ª edição da "Revista Eletrônica Direito & TI", exploramos os desafios e oportunidades emergentes na interseção entre direito e tecnologia. Com o avanço rápido da digitalização, o impacto sobre o campo jurídico se torna cada vez mais evidente e multifacetado. Esta edição reúne artigos de autores que oferecem análises profundas e novas perspectivas sobre como as inovações tecnológicas estão moldando o direito contemporâneo e as relações sociais.

Abrimos com o artigo de Juliana Souza Carvalho Casimiro, Glauco Salomão Leite e Alexandre Freire Pimentel, intitulado “A Inteligência Artificial pode de fato capacitar o juiz humano para transformá-lo numa espécie de juiz Hércules, nos moldes propostos por Ronald Dworkin?”, que discute como a inteligência artificial pode auxiliar o magistrado, personificado no "juiz Hércules", um ideal de juiz capaz de realizar interpretações complexas e justas da lei.

Os autores exploram como a IA pode aprimorar a capacidade de análise e decisão dos magistrados, otimizando o tempo e aumentando a precisão das decisões judiciais. No entanto, também destacam os desafios éticos e as limitações do uso de algoritmos na

interpretação e aplicação da lei, questionando até que ponto a tecnologia pode substituir o julgamento humano.

O artigo de Guilherme Manoel de Lima Viana e Caio Sperandeo de Macedo, “Inteligência Artificial e a Discriminação Algorítmica: uma análise do caso Amazon”, aborda como os algoritmos de IA podem reforçar preconceitos e injustiças sociais. Viana e Macedo argumentam que, embora frequentemente percebidos como neutros, esses algoritmos podem replicar vieses implícitos nos dados utilizados para seu desenvolvimento.

Os autores propõem uma abordagem de regulação e supervisão ética no desenvolvimento e uso dessas tecnologias, enfatizando a importância de um controle mais rigoroso para evitar práticas discriminatórias. Para tanto, analisam o caso da Amazon, onde um sistema de classificação de currículos foi treinado com dados que refletiam a predominância masculina na indústria tecnológica. Isso resultou em um viés contra candidatas mulheres.

Silvia Regina Siqueira Loureiro e Thais Cayra Suquere de Campos discutem, no artigo “Inovação Tecnológica e Acesso à Justiça”, se a digitalização e o uso de novas tecnologias realmente democratizam o acesso ao sistema judiciário. As autoras demonstram que, apesar dos avanços tecnológicos, muitas barreiras persistem, especialmente para as populações vulneráveis.

Elas sugerem, no desenvolvimento do artigo, que, para que a tecnologia sirva como ferramenta eficaz de democratização, é necessário adotar políticas públicas que assegurem a inclusão digital e a efetiva implementação de plataformas de acesso equitativo. Em outras palavras, que “os sistemas atuais são insuficientes para dirimir em totalidade as problemáticas existentes, bem como os muitos avanços digitais ainda não conseguiram alcançar um sistema único e integrado entre os Estados, em outras palavras, a conjuntura vigente coloca em risco o princípio da segurança jurídica, isonomia e acesso à justiça”.

No artigo de Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão e Giovana Zanetti Monteschio, “O Conflito entre Direitos da Personalidade e Avanços Tecnológicos: Uma Análise Ética e Jurídica”, é realizada uma análise detalhada sobre como a privacidade, a

segurança de dados e a dignidade da pessoa humana são impactadas em um mundo digital e interconectado.

As autoras investigam as implicações éticas e jurídicas dos avanços tecnológicos, enfatizando a necessidade de um equilíbrio entre inovação e proteção dos direitos fundamentais, considerando as complexidades dos dilemas éticos que surgem nessa nova era.

Humberto Cunha dos Santos explora, em “A revisão do Código civil e o novo contexto de responsabilidade civil das plataformas digitais: o avanço de reclamos do Direito Digital”, como as mudanças legislativas e sociais estão reformulando as obrigações dessas plataformas em um ambiente digital complexo.

Santos examina as recentes tentativas de regulamentação em várias legislações, discutindo a eficácia dessas medidas e propondo novas abordagens para garantir que as plataformas operem de maneira responsável, protegendo os direitos dos usuários enquanto promovem a inovação.

O artigo de Rodrigo Moraes Ferreira e Jean Michel Duarte Santana, “A Proteção dos inventos gerados por Inteligência Artificial no Brasil: uma análise do posicionamento do INPI”, aborda um tema inovador e relevante no contexto jurídico atual, discutindo os desafios legais associados à propriedade intelectual de criações geradas por máquinas. Ferreira e Santana levantam questões sobre quem deve possuir os direitos autorais de obras produzidas por inteligência artificial e propõe uma revisão das leis de propriedade intelectual para acomodar essas novas realidades tecnológicas, garantindo que os direitos sejam protegidos sem sufocar a inovação.

Viviane Boacnin Yoneda Sponchiado e Antonio José Fernandes Vieira tratam do tema do “O cyber assédio e a responsabilidade dos produtores de conteúdo digital frente a uma nova forma de violência de gênero”, explorando as implicações legais e sociais do assédio online. Sponchiado e Vieira examinam casos recentes de cyber assédio e analisam como as leis atuais são aplicadas, destacando a necessidade de uma regulamentação mais robusta que proteja as vítimas e responsabilize os autores de conteúdo ofensivo. Os autores também discutem o papel das plataformas digitais na prevenção do assédio e na promoção de um ambiente online seguro.

Finalizando a edição, no ensaio proposto por Manoel David Masseno, há a análise d’“A Segurança no Tratamento de Dados Pessoais no Poder Judiciário, em Portugal e no Brasil”, discutindo a importância de práticas de proteção de dados robustas em um contexto de digitalização crescente dos processos judiciais. Masseno examina as vulnerabilidades existentes nos sistemas de dados do poder judiciário e propõe medidas para garantir a privacidade e a segurança da informação, fundamentais para a confiança pública nas instituições judiciais.

Em comum, todos os artigos desta edição destacam a crescente influência da tecnologia no campo do direito, seja como ferramenta de otimização e eficiência, seja como fonte de novos desafios e dilemas éticos e jurídicos. Os autores enfatizam a necessidade de um equilíbrio cuidadoso entre inovação e proteção de direitos, ressaltando que a tecnologia deve ser usada para promover justiça e equidade, sem comprometer os valores fundamentais que sustentam a sociedade. Esperamos que esta edição inspire debates e reflexões sobre o futuro do direito na era digital.

Convidamos todos os interessados a mergulhar nesses fascinantes debates que marcam a interseção entre o direito e a tecnologia da informação, trazendo contribuições valiosas para o avanço e a compreensão dessas temáticas em constante evolução.

Aproveitando, quero agradecer a todos e todas as colaboradoras da Revista, desde sua criação, em 2015, chegando ao que é hoje, Qualis Capes B1! A partir da próxima edição, a Prof. Valquiria Cirolini Wendt, Ms. e Doutoranda, será a nova Editora-Chefe da Revista Eletrônica Direito & TI.

Boa leitura!

Emerson Wendt,

Editor-Chefe,

Mestre e Doutor em Direito pela Universidade La Salle – Canoas,

**Delegado de Polícia Civil PCRS, membro do Conselho Superior de Polícia
Civil/PCRS.**

SUMÁRIO

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PODE DE FATO CAPACITAR O JUIZ HUMANO PARA TRANSFORMÁ-LO NUMA ESPÉCIE DE JUIZ HÉRCULES, NOS MOLDES PROPOSTOS POR RONALD DWORKIN? 12 - 38

- Juliana Souza Carvalho Casimiro
- Glauco Salomão Leite
- Alexandre Freire Pimentel

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA: UMA ANÁLISE DO CASO AMAZON 39 - 62

- Guilherme Manoel de Lima Viana
- Caio Sperandeo de Macedo

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E ACESSO À JUSTIÇA 63 – 74

- Thais Cayra Suquere de Campos
- Silvia Regina Siqueira Loureiro

O CONFLITO ENTRE DIREITOS DA PERSONALIDADE E AVANÇOS TECNOLÓGICOS: UMA ANÁLISE ÉTICA E JURÍDICA 75 – 90

- Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão
- Giovana Zanetti Monteschio

A REVISÃO DO CÓDIGO CIVIL E O NOVO CONTEXTO DE RESPONSABILIDADE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: O AVANÇO DE RECLAMOS DO DIREITO DIGITAL 91 - 111

- Humberto Cunha dos Santos

**A PROTEÇÃO DOS INVENTOS GERADOS PELA INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO INPI
..... 112 – 132**

- **Rodrigo Moraes Ferreira**
- **Jean Michel Duarte Santana**

**O CYBER ASSÉDIO E A RESPONSABILIDADE DOS PRODUTORES DE
CONTEÚDO DIGITAL FRENTE A UMA NOVA FORMA DE VIOLÊNCIA DE
GÊNERO 133 – 153**

- **Viviane Boacnin Yoneda Sponchiado**
- **Antonio José Fernandes Vieira**

ENSAIO

**A SEGURANÇA NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO PODER
JUDICIAL [/JUDICIÁRIO], EM PORTUGAL E NO BRASIL, UMA
REAPRECIAÇÃO CRÍTICA 154 – 177**

- **Manoel David Masseno**

ARTIGOS + ENSAIO